

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS

**IMPACTO DO ENSINO MÉDIO DE NÍVEL TÉCNICO SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA PNAD 2014**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NÍVEA JACQUELINE DE ASSIS SILVA

Mariana, 2018

NÍVEA JACQUELINE DE ASSIS SILVA

IMPACTO DO ENSINO MÉDIO DE NÍVEL TÉCNICO SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA PNAD 2014.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau em Economista.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

Mariana - MG
DECEG - ICSA - UFOP
Fevereiro/2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

S586i Silva, Nívea Jacqueline de Assis
Impacto do ensino médio de nível técnico sobre o mercado de trabalho [recurso eletrônico] : uma análise descritiva dos dados da PNAD 2014 Nívea Jacqueline de Assis Silva.-Mariana, MG, 2018.

1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Ensino Médio - Brasil - Teses. 2. MEM. 3. Mercado de trabalho - Brasil - Teses. 4. Monografia. 5. Pesquisa nacional por amostra de domicílios - Teses. I.Oliveira, André Mourthé de. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 331.5
: 15
: 1419833

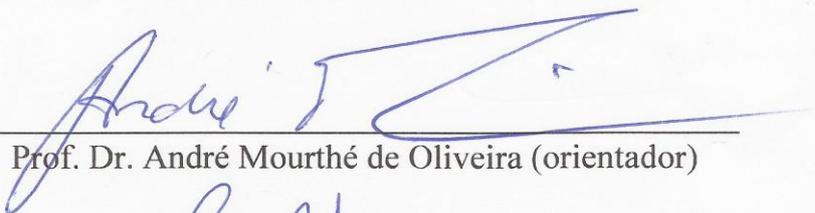
NÍVEA JACQUELINE DE ASSIS SILVA

Curso de Ciências Econômicas – ICESA/UFOP

**IMPACTO DO ENSINO MÉDIO DE NÍVEL TÉCNICO SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS
DA PNAD 2014**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

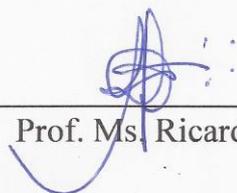
Banca Examinadora:



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira (orientador)



Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira



Prof. Ms. Ricardo André da Costa

Mariana, 08 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pelo dom da vida e por me proporcionar a conquista de um sonho. Aos meus pais Luiz e Marlete que sempre estiveram ao meu lado, apoiando, corrigindo, respeitando e acreditando sempre que eu chegaria até aqui. Ao meu irmão Tiago e minha cunhada Kelly que sempre entenderam quando eu não estava por perto. Ao Thiago B. por me ajudar em todos os momentos em que precisei e por nunca ter deixado com o que o desânimo ou cansaço me fizesse desistir. A minha tia Maria de Lourdes que é minha inspiração e quem me faz acreditar em um mundo melhor.

A minha família Elogio's Hostel sou grata por me apresentar ao mundo real, me fazendo enxergar um universo fora da bolha. Aos meus amigos de Ouro Branco por entenderem minha ausência em momentos especiais.

Meu agradecimento particular a todos os professores do curso Ciências Econômicas da UFOP em especial ao Prof. André Mourthé de Oliveira que não me deixou desistir e apoiou a realização deste trabalho.

A todos que participaram dessa trajetória, deixo aqui registrado meu muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	VI
LISTA DE TABELAS	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
1. Introdução	11
2. Mercado de trabalho e ensino técnico	13
2.1. O Mercado de Trabalho	13
2.1.1. O Conceito de Trabalho	13
2.1.2. O mercado de trabalho	14
2.1.3. A qualificação e a inserção dos profissionais no mercado de trabalho	17
2.2. O Ensino Técnico no Brasil	20
3. Relatório da PNAD sobre o ensino técnico brasileiro	23
3.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD	23
3.2. Métodos de pesquisa do PNAD (2014)	24
3.3. Análise do suplemento de educação e qualificação da PNAD-2014	25
3.3.1. A educação profissional técnica de nível médio	25
3.3.1. Frequência anterior a curso técnico de nível médio - análise	26
3.3.2. Breve conclusão das análises da PNAD-2014	33
4. Conclusão	35
5. Referências bibliográficas	37

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, por Grandes regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência – 2014.....28
- Gráfico 2** - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo a conclusão, com aprovação, do curso técnico de nível médio ou equivalente – Brasil – 2014.....29
- Gráfico 3** - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que concluíram com aprovação, curso técnico de nível médio ou equivalente, por sexo, segundo o exercício de trabalho na área do curso técnico de nível médio ou equivalente concluído – Brasil – 2014..30
- Gráfico 4** - Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo a frequência anteriormente a curso técnico de nível médio ou equivalente – Brasil – 2014.31
- Gráfico 5** – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de ensino médio ou equivalente, por rede de ensino e tipo de instituição do curso técnico de ensino médio ou equivalente que frequentaram anteriormente – Brasil – 2014.32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de pessoas que frequentaram anteriormente curso técnico de nível média, por Grandes regiões, segunda o sexo e a cor ou raça – 2014	27
---	----

LISTA DE SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

DIA – Detección e Imputación Automática de Errores

ENDeF – Estudo Nacional da Despesa Familiar

ETFs – Escolas Técnicas Federais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística

IFET – Instituto Federal de Educação e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de averiguar o impacto do ensino médio de nível técnico no mercado de trabalho, tendo como base de análise a Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílios (PNAD) do ano de 2014. Para melhor compreensão do assunto, o referencial teórico apresentando no segundo capítulo explana vários assuntos em relação ao meio trabalhista - a contextualização do trabalho e mercado de trabalho, a qualificação e a inserção no mercado de trabalho, o curso técnico no Brasil e a evasão escolar. Os dados indicados pela PNAD-2014 demonstraram que ensino de nível técnico no Brasil tem impactos positivos, principalmente, quanto à inserção no mercado de trabalho. Os resultados ainda indicaram que alguns cursos técnicos brasileiros necessitam de melhorias no quesito qualidade de ensino, de forma a capacitar e transmitir mais segurança ao profissional na inserção ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: ensino técnico, mercado de trabalho e PNAD.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the impact of secondary education at the technical level in the labor market, based on the Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílios (PNAD-2014). The theoretical framework that is on the second chapter of this study explained several issues related to the labor environment - the contextualization of work and the labor market, qualification and insertion in the labor market, the technical course in Brazil and school dropout. The data indicated by the PNAD-2014 demonstrated that Teaching of technical level in Brazil has positive impacts, mainly, as far as the insertion in the labor market. The results also indicated that some Brazilian technical courses need improvement in their teaching qualities, in order to train and transmit more security to the professional in the insertion in the job market.

1. Introdução

O mundo do trabalho sofre transformações importantes ao longo do tempo. É possível considerar que tais transformações se intensificaram tanto a partir da década de 70 como também com mudanças em outros períodos como com a Revolução Industrial e mudanças nas regras e reformas trabalhistas, devido às inovações tecnológicas de trabalho que exigiram uma nova modalidade de qualificação profissional.

O contexto da especialização flexível, ou seja, a busca de novas formas de produtividade e adequação à logística do mercado, exigiu um desenvolvimento maior das indústrias tanto nos avanços tecnológicos quanto na qualidade de seus produtos. Conseqüentemente, o mercado de trabalho também passou a ser mais seletivo, exigindo um trabalhador mais qualificado. Além disso, as taxas de desemprego também aumentaram após os avanços tecnológicos, já que as novas máquinas poupavam mão de obra.

As exigências de qualificação profissional ainda são consideradas um dos fatores de desemprego tanto no Brasil como no mundo. Desta forma, o profissional deve cada vez estar mais qualificado para conquistar um espaço no mercado de trabalho. Uma das qualificações de exigência no meio trabalhista é o ensino técnico. Alguns pesquisadores, como Souza (2011), constaram um alto índice de inserção no mercado de trabalho a partir da formação técnica em agricultura em uma pequena região de Santa Catarina.

Nesse sentido, a proposta deste presente trabalho é identificar os impactos do curso técnico no mercado de trabalho, as políticas governamentais têm ampliado as vagas de qualificação? Os brasileiros frequentam essa modalidade de ensino? O ensino técnico de nível médio é um auxílio para aqueles que almejam adentrar ao mercado de mercado de trabalho?

Para tanto, procurou-se, com base na PNAD 2014, averiguar se o ensino técnico de nível médio, no Brasil, tem contribuído para a inserção do profissional no mercado, bem como os fatores que mais favorecem o acesso ao emprego na área de formação. Outros aspectos também serão analisados, como o número de pessoas entrevistadas que cursaram o curso técnico no Brasil, quantos desistiram, quantos não conseguiram emprego na área de formação e quais os motivos de não se encontrar emprego na área de formação, entre outros. Para melhor didática, serão analisados e comparados esses dados com algumas pesquisas da mesma temática.

Este trabalho tem como objetivo central expor a inserção dos egressos no mercado de trabalho com isso o presente trabalho consiste em quatro capítulos, o primeiro, é a presente introdução aqui abordada. O segundo capítulo, evidencia as nuances do mercado de trabalho e

ensino técnico, aborda todo o tema que envolve este estudo - o trabalho e algumas de suas definições, o mercado de trabalho e suas transformações ao longo do tempo, a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho e, por último, a evasão escolar. Já o terceiro capítulo, aborda a descrição e análises, de alguns resultados encontrados a partir do tratamento de dados feito com a - PNAD 2014, mais precisamente, àqueles que correspondem às análises dos dados referentes ao ensino médio de nível técnico, para que seja possível averiguar os impactos do ensino técnico de tal modalidade no mercado de trabalho. Além disso, será abordada, nesse capítulo, uma breve conclusão das análises da PNAD-2014, bem como alguns comentários e comparações com pesquisas citadas no referencial teórico. No quarto capítulo é abordada a conclusão final deste trabalho, ressaltando os pontos relevantes e os resultados deste estudo.

2. Mercado de trabalho e ensino técnico

2.1. O Mercado de Trabalho

Conforme já mencionado anteriormente, a presente pesquisa tem finalidade de apresentar os impactos do ensino médio de nível técnico no mercado de trabalho. Para se chegar a tal contexto, é necessário esclarecer e/ou conceituar o que é o mercado de trabalho. Desta forma, a seguir são explanados dois tópicos, o primeiro consiste de uma síntese conceitual a respeito do trabalho, já o segundo tópico aborda um histórico do mercado de trabalho. Por fim, o último tópico discorre sobre a qualificação e a inserção no mercado de trabalho.

2.1.1. O Conceito de Trabalho

Muitos sociólogos escreveram e ainda escrevem acerca da temática do trabalho, demonstrando como o seu contexto tem importância tanto para pessoas quanto para uma sociedade. Segundo Figueiredo (2012) tem-se falado sobre o trabalho desde os primórdios da humanidade. Na antiguidade, por exemplo, a autora destaca que o trabalho era relacionado como uma atividade escravagista, daqueles que haviam perdido a liberdade. Desta forma, o seu conceito confundia-se com o “sofrimento ou infortúnio”. Isto é, no exercício do trabalho, o homem “sofria com o peso de seu fardo, que, além de físico, acarretava o peso invisível, porém explícito socialmente, da falta de independência e da liberdade”. (Figueiredo 2012, p.24)

Com o surgimento da burguesia, ou seja, da sociedade mercantilista, oriunda de antigos servos feudais, o trabalho passou a ser mais valorizado, deixando de ter uma conotação negativa. Para Correia (2000), a partir da passagem do feudalismo para o capitalismo, seguida de todas as mudanças sociais e históricas, as atividades trabalhistas se consolidam na sociedade. Diante de tais acontecimentos, o trabalho passou a ter o sentido genérico, tal como lhe é atribuído hoje, ou seja, é a aplicação da energia do homem para o bem da humanidade, é a transformação da natureza, colocando-a a serviço de todos, bem como o uso das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim.

Segundo Antunes (2005), a partir do trabalho o homem se torna social, pois estabelece as bases das relações sociais e, conseqüentemente, racional. O acesso ao trabalho

transforma o indivíduo de diferentes formas, pois é necessário que se molde para ser incluído em seu meio social.

Grande parte dos estudos que abordam a questão do trabalho, trata o assunto a partir da Revolução Industrial. Tal afirmativa se fortalece nos dizeres de Menegasso (1998), pois para esse autor, com a revolução industrial, o trabalho passou a ser conhecido também como uma mercadoria, como algo produzido para a venda no mercado. Isto é, a partir desse acontecimento histórico, consolidou-se o mercado de trabalho capitalista, tal como o conhecemos atualmente, ou seja, as ocupações trabalhistas transformaram-se em empregos, entendido como trabalho assalariado, típico da sociedade capitalista atual.

2.1.2. Evolução do mercado de trabalho ao longo do tempo

A Revolução Industrial inaugurou o surgimento de máquinas industriais e a eletricidade, incorporando o desenvolvimento tecnológico no dia a dia da sociedade. Reflexos da Revolução Industrial ainda são perceptíveis nos dias atuais. No entanto, principalmente pelos avanços tecnológicos, o mercado de trabalho está mais seletivo, exigindo profissionais mais qualificados.

Conforme destaca Minarelli (1995), em tempos anteriores, o emprego já demonstrou segurança profissional para muitos trabalhadores, pois os mesmos ingressavam em uma determinada empresa e terminavam suas carreiras, em tal instituição, aposentados. O trabalhador não via necessidade de qualificação diferente da que ele exercia, apenas cabia-lhe o treinamento e desenvolvimento de sua mão de obra. Com as inovações tecnológicas as máquinas passaram a ocupar espaços de muitos profissionais e o emprego tomou nova perspectiva, exigindo, das empresas, uma reestruturação organizacional. A potencialização das novas máquinas começou a competir com os trabalhadores. O trabalho braçal foi sendo extinto, dando lugar a novos conceitos trabalhistas, tais como: planejamento, desenvolvimento, controle e elaboração de ações que estabelecem e tornam os processos industriais cada vez mais precisos (Minarelli, 1995, p. 17).

Segundo Carvalho (2006), foi durante o século XX que as empresas sofreram mudanças constantes em seus planejamentos, métodos, processos e estratégias, determinando novos requisitos para a contratação de profissionais capacitados. Em se tratando do contexto histórico, observa-se que a crise econômica de 1970 é um fator preponderante nas alterações trabalhistas. Segundo Silva (2007) tal cenário não poupou nem mesmo as economias dos

países mais desenvolvidos. A princípio, o desenvolvimento econômico desfavorável foi interligado à crise do petróleo. No entanto, mais tarde, verificou-se que um dos principais causadores eram os excessos do fordismo¹ e da produção em massa, “prejudiciais ao trabalho e supressores da sua dimensão criativa” (2007, p 15). Nos dizeres de Leite (1996); - “ a crise era também um sinal de um processo de mudança mais profunda que atingia padrões monetários, tecnológicos e de competência e, por essa via, métodos de produção, gestão e organização empresarial”. (Leite, 1996.)

Além disso, houve outros problemas adicionais, como a insatisfação dos trabalhadores com as rígidas práticas dos métodos de produção e gestão, que originou movimentos de sabotagem, de paralisações do trabalho, greves, faltas e atrasos, resultando, dessa forma, em uma queda da produtividade e má qualidade dos produtos. Silva (2007) destaca que, além do somatório dos problemas já citados, ocorreu também uma mudança radical nas características dos mercados consumidores que apresentaram indícios de saturação do consumo em massa, reduzindo-se, em consequência, a demanda por produtos em série.

Diante disso, o mercado consumidor tornou-se instável e volátil, pois as empresas não estavam conseguindo suprir as novas exigências e oferecer as condições necessárias para efetuar mudanças rápidas no elenco de seus produtos. No entanto, paralelamente, segundo Antunes (2005, p.25), surgiram “novos processos de trabalho que substituem a rigidez da produção em série e de massa pela flexibilização da produção, pela especialização flexível², por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação à lógica do mercado. ”

Nesse cenário, as empresas japonesas mudam suas práticas gerenciais e apresenta novas propostas organizacionais, mais precisamente, na indústria automobilística, explorando as novas tecnologias, principalmente da informática. Os avanços tecnológicos e o desenvolvimento no campo da pesquisa contribuíram para uma automação mais flexível, que permitia atender às demandas do novo mercado. As novas técnicas gerenciais e as máquinas produziam mais com menos recurso e mão de obra. Tal modelo produtivo impulsionou a

¹ O termo Fordismo tem como definição, um conjunto de métodos de racionalização da produção elaborados pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio que a empresa devia-se dedicar apenas à um produto”. Para tanto, a instituição deveria adotar a verticalização, chegando até dominar as fontes de matéria-prima e os sistemas de transporte das mercadorias. Para diminuir os custos, a produção deveria ser em massa e aparelhada com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade por operário. O trabalho deveria ser altamente especializado, cada operário realizando determinada tarefa. E para se ter boa produtividade, o operário deveria ser bem remunerado e não ter uma jornada de trabalho muito prolongada. Os princípios do fordismo foram amplamente difundidos, tornando-se uma das bases da organização industrial moderna. (SANDRONI, 1998, p, 144)

² Uma nova forma produtiva que articula, “de um lado, um significativo desenvolvimento e, de outro, uma descontração produtiva baseada em empresas médias, pequenas e artesanais. ” Antunes (2005, p.25).

formação e reprofissionalização dos trabalhadores. Isto é, exigiu-se uma nova modalidade de qualificação profissional, que, além do domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens, baseasse-se também no raciocínio, no aprendizado, na qualidade, na criatividade. (Antunes, 2005).

Desta forma, o mercado de trabalho passou a exigir mão de obra mais especializada e informatizada, excluindo os trabalhadores sem qualificação, que não possuem manejo do conhecimento. Para Demo (1998), quando se estimula a busca por treinamento em massa, no mercado de trabalho também se exclui a mão de obra preparada, pois cria-se um grande exército de trabalhadores qualificados, mas com poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, “visto que a própria sofisticação e informatização é responsável pela crescente dispensa de mão de obra, que é cada vez mais substituída por máquinas e computadores” (Demo, 1998).

Tais extensões de mudanças no mercado de trabalho aconteceram também no Brasil. Na década de 80, o contexto de globalização, o processo pautado por maior abertura econômica e financeira da economia brasileira, foi um conceito trazido com o propósito de substituir alguns anteriores, como a internacionalização e a transnacionalização. Contudo, um dos efeitos da globalização é a abertura para novas tecnologias, gestão para elevar a produtividade e também novas formas de organização. Diante disso, houve a necessidade de flexibilização das relações de trabalho, aumentando a competitividade empresarial e o valor agregado (SOUZA, 2010 p. 23).

No cenário agrícola, as consequências da globalização interferiram na formação dos preços, em todo processo de comercialização e também na concorrência decorrente. De acordo com Souza (2010, p.24), a pequena produção agrícola, por exemplo, mesmo que não pareça se afetar pelos efeitos de economia globalizada, protegida pela “inserção parcial na sociedade global”, é também afetada pela força da globalização. Isso porque a globalização cria alianças entre economias nacionais, grandes empresas, organiza os mercados e os circuitos de produção. As pequenas empresas ou o pequeno agricultor não conseguem sobreviver, não estão imunes ao seu efeito, justamente, por serem pequenos, assim empresas e agricultores que não conseguem ter uma posição em uma economia capitalista estão à margem desse processo.

Segundo Souza (2010), com a alteração da condição do trabalho, a classe trabalhadora sofre as consequências, como por exemplo, se alteram o conteúdo do trabalho, a execução também se alterará, modificando necessariamente todo o planejamento da gestão do

trabalho. Diante disso, parcelas da classe trabalhadora pode ser despedida em diversos ramos por falta de qualificação. Nesses momentos de elevação do desemprego, as políticas econômicas dos governos devem se pautar por criar as qualificações necessárias para os trabalhadores e criar cobertura socioeconômica mínima e garantir ordem social (Souza 2010, p. 25).

É importante citar que, ao longo do tempo, o mercado de trabalho apresentou várias transformações, tanto no Brasil quanto no mundo. Para Pochman (2011), as ocupações profissionais que utilizam maiores conhecimentos, principalmente, aquelas sustentadas por maiores níveis de escolaridade e qualificação profissional, terão maiores possibilidades de se expandirem. Já o trabalho assalariado, fixo, vinculado a um empregador, em regime integral, está sendo substituído por novas formas de organização e, conforme menciona Silva (2007, p. 20), “- o trabalhador terá que ser mais flexível para executar um leque de atividades e não se limitar apenas à sua especialização profissional”.

2.1.3. A qualificação e a inserção dos profissionais no mercado de trabalho

Quando se fala em mercado de trabalho é impossível não citar os jovens e suas primeiras experiências no meio trabalhista. O jovem adentra o mercado de trabalho de forma não muito promissora. Em suma, o que acontece, no caso dessa faixa etária, é a vida adolescente prolongada, formando assim um jovem adulto que não tem emprego estável e, conforme menciona Souza (2010, p. 26), não consegue alcançar a vida adulta plena e autônoma. Para a autora, o desemprego juvenil deve ser considerado sob dois aspectos: a dificuldade em conseguir o primeiro emprego e a rotatividade, que é a sucessiva troca de emprego.

Dentre outros fatores que os jovens enfrentam para efetiva inserção no mercado de trabalho, cita-se a falta de informações sobre o primeiro emprego e sobre o seu próprio potencial de produtividade como os principais. Além disso, o empregador também questiona a capacidade desses novos trabalhadores. As informações sobre a produtividade do indivíduo contratado são adquiridas ao longo da sua jornada no mercado de trabalho, sendo observado e avaliado conforme sua função. No entanto, as empresas têm preferências por contratarem pessoas experientes e que já estão consolidadas no mercado de trabalho (SOUZA, 2010, p. 26-27).

Pochmann (2009) defende a proposta de adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho e de se ter ações públicas com programas que possam favorecer o acesso do jovem à educação. Sem isso, possivelmente, o jovem será pressionado a entrar no mercado de trabalho e abandonar a escola como forma de sobrevivência. Mas a realidade favorece os ricos, conforme menciona Souza (2010), pois “os ricos ganham adiando a entrada no mundo do trabalho, enquanto os pobres só perdem em experiência, ganhos materiais acumulados e progressão funcional. A esses, cabe-lhes a ascensão social que não se pode esperar (Souza,2010, p. 27).

Em sua pesquisa intitulada “A contribuição da educação profissional para inserção dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do Extremo Sul Catarinense”, observou que a inserção no mercado de trabalho é alta, 73% em 2010, mostrando que a formação oferecida no curso técnico em agricultura é, de fato, um grande auxílio para se ingressar no meio trabalhista. Desta forma, a autora ainda observou que a grande maioria dos egressos trabalham na assistência técnica de produtores rurais, onde efetuam vendas de produtos agrícolas. Um grande número de jovens que realizam assistências técnicas, também trabalha com vendas no balcão da loja. Outros fazem a classificação de grãos junto aos silos das cooperativas (Souza, 2010, p. 87).

A autora destaca que alguns jovens ainda continuam sem trabalho, sendo, para esses, uma meta ainda a ser atingida, pelo fato de que, com a reestruturação capitalista, o cenário atual não oferece espaço para todos. (SOUZA, 2010, p. 87). Pochmann (2000) afirma não ter saída individual para o emprego, pois a demanda do mercado de trabalho não é suficiente em número e remuneração adequada para todos aqueles que desejam trabalho.

É interessante citar também o trabalho de Nogueira (2010), a pesquisa teve como objetivo refletir sobre a obtenção do diploma de conclusão de curso e a garantia do primeiro emprego. Em seu trabalho, Nogueira mostra que onze egressas foram consultadas para verificar se os objetivos definidos para o curso foram ou não cumpridos. As alunas eram concluintes do curso de vestuário e já estavam inseridas no mercado de trabalho, sendo o objetivo do curso de “formar profissionais capazes de intervir desde a etapa de industrialização na fábrica ou do produto, até sua gerência e/ou comercialização...” (NOGUEIRA, 2010, p.1). A metodologia aplicada para análise de dados foi de forma qualitativa, por meio da aplicação de questionário e entrevista. As egressas foram selecionadas a partir do projeto “Criação do programa de acompanhamento dos alunos egressos dos cursos técnicos do Cefet-MG/Campus Divinópolis”. A autora relata as

dificuldades em manter contato com as egressas selecionadas. A insistência se justifica por Alves-Mazotti e Gewandsznajder (2000) onde o pesquisador deve ter a capacidade de estabelecer uma relação de confiança entre os sujeitos de sua pesquisa, (NOGUEIRA, 2010, p. 10). Em síntese Nogueira constatou que, para as entrevistadas, os principais obstáculos para inserção no mercado de trabalho eram a falta de entendimento da função do técnico, falta de experiência profissional, exigência de experiência no mercado de trabalho, resistência ao novo, insegurança. Em relação às facilidades de adentrar ao mercado de trabalho, ainda é percebido a influência das indicações, ou seja, algum empregado da empresa faz a indicação da pessoa; facilidade (habilidade e experiência) com o desenho e também noção de informática.

Ainda para o curso vestuário do Cefet-MG, *campus* Divinópolis, segundo Nogueira (2010), era desacreditado até mesmo pelas empresas da região que não contratavam os egressos. Apenas uma das entrevistadas, possuía experiência autônoma na área antes de iniciar o curso. As egressas relataram a discrepância entre o que é ensinado em sala de aula e como realmente é no dia a dia da profissão, principalmente quando se tratava das aulas práticas. Nenhuma delas pensam em mudar de emprego, mas, eventualmente, mudam de setor ou função dentro da mesma empresa (NOGUEIRA, 2010).

Mesmo nos cursos profissionalizantes destinados às pessoas que já possuem emprego, não é garantido sua reinserção em caso de desemprego. No caso da pesquisa de Nogueira (2010), os entrevistados estão satisfeitos com as condições de trabalho e salário. Fatores como formalidade (carteira assinada), horário da jornada, proximidade da família e compatibilidade de salário com outros setores são os principais responsáveis pela satisfação. Interessante notar a evidente satisfação com a estabilidade no emprego, pois neste setor é muito comum a atuação de profissionais como freelances, onde a instabilidade é muito alta.

Em relação ao futuro dessas pessoas, algumas sonham em aprimorar os estudos e crescer na carreira, outras pensam em fazer cursos em outras áreas. Contudo, o desejo e busca de uma vida melhor é unânime. Nogueira (2010, p. 57) afirma que alguns alunos irão se manter na área, outros farão do estágio apenas uma passagem, como podemos comprovar, por exemplo, nos depoimentos das entrevistadas em relação aos planos sobre a continuidade dos estudos.

Portanto, a formação profissional não tem uma relação direta com o emprego e muito menos o diploma pode garantir a obtenção de um emprego. Existem mediações que se operam entre as propostas dos cursos profissionalizantes e as regras definidas para obtenção de

emprego. Em suas considerações finais, a autora sugere que a dificuldade enfrentada pelos alunos para ingressar no mercado de trabalho não é apenas responsabilidade do curso/escola, mas também pela situação econômica da indústria atrelada ao curso. Desta forma, a eficácia do curso não pode ser aferida apenas pelo número de egressos. Por esse motivo, a autora afirma que o diploma não é sinônimo de emprego garantido. (NOGUEIRA, 2010)

Souza (2010, p. 27) afirma que atribuir o desemprego dos jovens no país com a pouca qualificação para o trabalho, ou, até mesmo, a pouca escolarização do trabalhador, não significa que a transformação na gestão da qualificação para o emprego não gera, pelo menos, um trabalhador mais capacitado. O que se espera da qualificação é uma competência quanto a formação educacional, habilidade e capacitação, porém a empregabilidade é deixada de lado, ou seja, existe um engano ao se pensar que através da formação a pessoa tenha uma boa chance de entrar para o mercado de trabalho ou até mesmo de mantê-lo.

De outra forma, a qualificação não deve ser apenas preenchimentos de requisitos para adentrar ou ser promovido em determinada empresa, mas sim; uma qualificação bem-feita talvez seja uma melhoria dos conhecimentos técnicos e profissionais dos trabalhadores, tanto para agregar conhecimento para a empresa quanto também para o aumento do conhecimento pessoal, (SOUZA, 2010, p.27).

2.2. O Ensino Técnico no Brasil

A educação profissional no Brasil é qualquer segmento de cursos de formação profissional que se enquadram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9394, de 20. 12. 1996), em que são definidas modalidades da educação profissional sendo elas a de formação inicial, continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação (PNAD, 2014)

A origem das escolas técnicas no Brasil se deu em 1909, o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou dezenove escolas de Aprendizes Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica, as Escolas Técnicas Federais ETFs, que, posteriormente, denominou-se Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Outro marco na trajetória da educação brasileira foi a “Constituição Federal de 1937, que em seu artigo 129, enfatiza que o ensino pré-vocacional deve ser ofertado pelo Estado.

“Cumprir-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando-os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (BRASIL, 1994).

O decreto das leis da constituição organizou o ensino técnico profissional em dois ciclos, sendo o primeiro o fundamental de 4 anos e, o segundo o técnico de 1,5 a 2 anos. Além disso, contava-se com a formação industrial básica de 4 anos do curso de mestria, que também poderia ter duração de 2 anos. Em relação ao segundo ciclo, pode-se dizer que ele foi voltado à maior diversificação dos cursos técnicos de formação profissional, bem como à de professores.

Em 1939, com a Segunda Guerra Mundial, problemas políticos e econômicos dificultaram o ritmo das importações e assim a falta de mão de obra qualificada estrangeira. Com isso, houve o aumento da demanda por cursos profissionalizantes e a necessidade do Governo de regulamentar os estudos dos cursos profissionalizantes. Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em janeiro de 1942, todo ensino profissional para nível médio foi mais valorizado, uma vez que trata-se de um órgão subordinado à confederação nacional da indústria, um serviço nacional de aprendizagem dos industriários.

Romanelli (1998) relata que, com a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, evidenciou-se duas estratégias para formação da força de trabalho: uma era o sistema federal de ensino (controlado pelo Ministério da Educação) e a outra era o “controle das classes empresariais sobre os cursos de aprendizagem industrial”. Desta forma, instalou-se, no país, um “dualismo” na educação escolar, a saber: “as camadas populares” e as “elites”. As primeiras tinham o total interesse pelas escolas de aprendizagem (SENAI e SENAC), tais instituições pagavam para alunos estudarem, dessa maneira, eram atrativos para populações mais pobres, onde pouco tinham acesso.

Em 1980 foi implementada a política educacional vigente nos dias atuais, porém ao longo dos anos, algumas leis e diretrizes foram alteradas. É o que acontece nos anos 2000, por exemplo, quando o Plano Nacional de Educação entrou em prática, promulgando a Lei nº 10097/2000, que regulariza o trabalho de indivíduos abaixo de 18 anos. Dore e Luscher (2008) destacam que esse período também é marcado pela criação de uma nova possibilidade de articulação do ensino médio e técnico, estabelecendo-se a modalidade integrada. Para os autores, é crescente as matrículas nessa modalidade de ensino. No entanto,

[..] sua participação ainda é reduzida no conjunto das matrículas do ensino técnico: 16,9% em 2009. Dentre as matrículas na modalidade integrada, 87,7% ocorrem nas redes públicas de ensino (Brasil, 2009). O governo federal desenvolve, atualmente, uma política de expansão de matrículas e de estabelecimentos na educação técnica na rede federal e nas demais redes públicas, mas 55% do total de matrículas no conjunto do ensino técnico encontram-se ainda na rede particular de ensino. (DORE e LÜSCHER, 2011, p.779)

A modalidade de ensino integrada, se torna vigente em 2004, após a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o de Nº 2.208, de 17 de abril de 1997, do governo anterior, a partir daí estabeleceu-se a possibilidade de as instituições federais realizarem articulações entre os ensinos médio e técnico, de forma: integrada (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental) e concomitante (oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio).

O Decreto Nº 5.154/2004 foi ratificado pela Lei Nº 11.741, de 16 de julho 2008, constando-se na Seção IV-A da LDB/96, que as ofertas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio passam nas formas articuladas, com o nível médio ou subsequente, para quem já possua o nível médio, sendo que a forma articulada possibilita, nos mesmos moldes do mencionado Decreto, ser realizado no modo integrado ou através de concomitâncias interna ou externa (BRASIL, 2008).

Uma política de expansão de matrículas e de estabelecimentos na educação técnica na rede federal cresceu de forma significativa nos últimos anos. Isso se deve ao desenvolvimento do governo federal nesta modalidade. Com a separação entre ensino médio e técnico, aumentou assim a oferta dos cursos técnicos pela rede privada de ensino. Desta forma, facilitou a entrada do jovem adulto no curso técnico de seu interesse, visando a qualificação em seu ambiente de trabalho, ou até mesmo na busca por seu primeiro emprego. (DORE e LÜSCHER, 2011)

Em linhas gerais, a educação como uma política social tem sua relevância no que se refere a sua função de socialização do conhecimento, acarretando um processo de inserção que lhe é legitimado, favorecendo, desta forma, sua importância política de preparar para o acesso ao mercado de trabalho. Por outro, é importante considerar que mesmo que a educação é dirigida à inserção profissional, não é certo que se atinja, sempre, seus objetivos.

3. Relatório da PNAD sobre o ensino técnico brasileiro

Este presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto do ensino médio do nível técnico no mercado de trabalho. Para tal intento, a descrição e análise deste estudo tem como base os dados representativos a PNAD 2014, que são abordados nas seções seguintes. Inicialmente, faz-se uma descrição sobre a PNAD. Em seguida, aborda-se os métodos de pesquisa da PNAD – 2014 e, por último, apresenta-se as análises da PNAD – 2014 referentes aos dados demonstrativos da categoria da *Educação*, mais precisamente, da população inserida na modalidade curso técnico de nível médio.

3.1. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Esse sistema de pesquisa, foi implantado no Brasil a partir de 1967, de forma progressiva, com a finalidade de produzir informações básicas para o estudo que engloba o desenvolvimento econômico do país. Por meio de amostra de domicílios, a pesquisa tem como propósitos investigativos diversas características socioeconômicas e demográficas, algumas de caráter permanente, tais como: as *características gerais da população*, a *educação*, *trabalho*, *rendimento* e *habitação*, já outras podem variar, periodicamente, como as *características sobre migração*, *fecundidade*, *nupcialidade*, *saúde*, *segurança alimentar*, entre outros temas que são acrescentados de acordo com a necessidade de informações para o país. (PNAD, 2014)

A PNAD iniciou-se no segundo trimestre de 1967 e os seus resultados eram apresentados de forma trimestral até 1970. A partir de 1971, a periodicidade dos resultados passou-se para anual, com realização no último trimestre. Pela realização do Censo Demográfico, a pesquisa foi interrompida nos anos 1970, 1980, 1991 e 2000. Já no período de 1974 a 1975, realizou-se uma pesquisa especial, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDeF) e em 1994, por motivos não especificado, não se realizou a PNAD.

Em 2007, implantou-se o uso de coletor eletrônico PDA, aprimorando, assim, o sistema operacional da pesquisa. Neste mesmo ano, utilizou-se o sistema DIA - Detecção e Imputación Automática de Errores, que tem como objetivo facilitar a depuração de grandes censos de pesquisas estatísticas. Já, a partir de 2008, passou-se a utilizar o Cana-dian Census Edit and Imputation System – Canceis.

É importante citar que, em 2014, a PNAD contou com quatro investigações suplementares das quais foram usadas para realização dessa análise descritiva a saber: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; acesso ao cadastro único para programas sociais do governo federal (cadastro único); acesso a programas de inclusão produtiva; e mobilidade sócio ocupacional.

3.2. Métodos de pesquisa da PNAD - 2014

Realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílio, a PNAD é obtida em três estágios de seleção, a saber: *unidades primárias* – formada pelos municípios; *setores censitários* e *unidades domiciliares* (domicílios particulares e unidades de habitação de domicílios coletivos).

Em relação ao processo de seleção da amostra, em primeira instância, as unidades (municípios) foram divididas em duas categorias: *autorrepresentativas* (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não *autorrepresentativas*. Nessa segunda categoria, os municípios passaram por um processo de estratificação proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

Em segunda instância, selecionou-se todas as unidades (*setores censitários*) de cada município da amostra, tendo também como probabilidade proporcional e com reposição, o número de unidades domiciliares existente no Censo Demográfico 2010. Já no último estágio da pesquisa, selecionou-se, em todos setores censitários da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos, com a intenção de investigar as peculiaridades dos moradores e da habitação para compor a amostra de domicílios da PNAD.

Em 2014, para constituição da amostra da PNAD, foram pesquisadas 362 627 pessoas e 151291 unidades domiciliares, com distribuição em todas as Unidades de Federação. Para o suplemento³, pesquisou-se 282 593 pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Em relação à expansão da amostra, é utilizado estimadores de razão, que tem como variável dependente a população residente de cada Unidade da Federação, de acordo com a área de divulgação da pesquisa (região metropolitana e não metropolitana). Tais projeções,

³ Este termo refere-se às quatro investigações suplementares, agregadas à PNAD 2014, a saber: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; acesso ao cadastro único para programas sociais do governo federal (cadastro único); acesso a programas de inclusão produtiva; e mobilidade sócio-ocupacional.

consideram a evolução populacional decorrentes de Censos Demográficos sob hipóteses de crescimento ligadas às taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Pesquisas de ampla abrangência como a PNAD podem gerar erros impossíveis de serem isolados. Desta forma, a confiabilidade das estimativas da PNAD-2014 está fortemente ligada à precisão das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. Levou-se em conta duas fontes de variação para o cálculo do erro de amostragem, tais como: o erro de amostragem proveniente da seleção das unidades para a amostra e do modelo matemático para projetar a população.

Diante disso, como forma de facilitar a avaliação das estimativas divulgadas, calculou-se os erros de amostragem em todas as estimativas (*células*) constante do plano tabular. Sendo assim, para cada Tabela de resultados disponibilizou-se outra com os correspondentes coeficientes de variação.

3.3. Análise do suplemento de educação e qualificação da PNAD-2014

A PNAD – 2014, conforme já citado anteriormente, contou com amplo conjunto de dados, provenientes do Suplemento de Educação e Qualificação Profissional. A partir desse Suplemento, caracterizaram pessoas que estavam frequentando ou frequentaram alguma modalidade de curso profissional. Desta forma, compreendeu-se melhor as especificidades de cada modalidade de curso, bem como as dificuldades encontradas para sua realização, o trabalho na área de formação, entre outros. Tais informações contribuem para o entendimento das dinâmicas da educação profissional no Brasil.

É importante citar que, neste capítulo, abordaremos apenas os dados referentes à educação profissional técnica de nível médio, que é a temática deste trabalho.

3.3.1. A educação profissional técnica de nível médio

A modalidade aqui abordada, o curso técnico de nível médio, destina-se aos estudantes do ensino médio⁴, bem como àqueles que já concluíram tal etapa.

⁴ Segundo a PNAD-2014, é entendido com ensino médio “o conjunto amplo dos estudantes que frequentavam a modalidade regular, como a modalidade técnica nas formas articulada e subseqüente”. PNAD (2014, p. 35)

Segundo a PNAD, em 2014, teve-se um dado de 9 milhões de pessoas cursando o ensino médio. No entanto, apenas 812 mil frequentavam o curso técnico de nível médio, sendo 9,0% do total dos estudantes. Nessa modalidade de ensino, destacam-se as regiões Sul e Sudeste, que apresentaram maiores percentuais de estudantes na educação profissional, 10,6% em ambos os casos.

Segundo a PNAD (2014, p.35), os dados indicaram que 9,2 % das mulheres e 8,8% dos homens que cursaram o ensino médio também frequentavam curso técnico de nível médio. Quanto aos níveis de frequência em cursos técnicos, eles foram bem próximos para ambos os sexos nas regiões Norte e Sudeste. Já na Região Sul, destaca-se os homens com maior frequência que as mulheres. Em relação ao fator raça, observou-se um percentual maior (10,1%) de estudantes do ensino médio, que haviam cursado o técnico, declarados brancos, ao passo que os estudantes declarados pretos ou pardos somaram-se 8,2%.

3.3.1. Frequência anterior em curso técnico de nível médio

A modalidade aqui abordada foi investigada até a entrevista em 2014 e destinou-se aos estudantes que estavam frequentando os cursos pré-vestibular, superior de graduação e a pós-graduação (mestrado ou doutorado), ou que, anteriormente, frequentaram curso de ensino médio ou equivalente, superior de graduação, e pós-graduação (mestrado ou doutorado). Averiguou-se a participação na educação profissional, bem como o requisito básico⁵ entre as pessoas que poderiam cursá-la.

Em termos gerais, a PNAD -2014, verificou-se que, no Brasil, em 2014, 75,4 milhões de pessoas possuíam o requisito educacional mínimo exigido para frequentar o curso técnico de nível médio, mas não o frequentaram. Desse dado, apenas 9,3 milhões de pessoas cursaram o curso técnico de nível médio, que corresponde à 12,3% do total.

Assim, com base nos 12,3 pontos percentuais de pessoas que frequentaram o curso técnico, os homens se destacam com o percentual maior do que as mulheres, sendo 13,7% e 11,2%, respectivamente. Tal resultado se manteve em todas as cinco regiões brasileiras, conforme se observa na Tabela 1 da PNAD-2014 exibida abaixo.

⁵ Trata-se do requisito educacional mínimo exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), que define três modalidades de educação profissional: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio, e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Tabela 1 – Percentual de pessoas que frequentaram anteriormente curso técnico de nível média, por Grandes regiões, segunda o sexo e a cor ou raça – 2014

Sexo e cor ou raça	Percentual de pessoas que frequentaram anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, na população de 15 anos ou mais de idade que era estudante de curso pré-vestibular, superior de graduação, de mestrado ou de doutorado ou frequentou anteriormente curso de ensino médio ou equivalente, superior de graduação, de mestrado ou de doutorado (%)					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	12,3	8,4	9,8	14,4	12,9	9,0
Sexo						
Homens	13,7	8,8	10,3	16,4	14,2	9,5
Mulheres	11,2	8,0	9,5	12,7	11,8	8,5
Cor ou raça						
Branca	13,0	8,8	9,9	14,5	13,0	8,7
Preta ou parda	11,6	8,2	9,8	14,3	12,5	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014

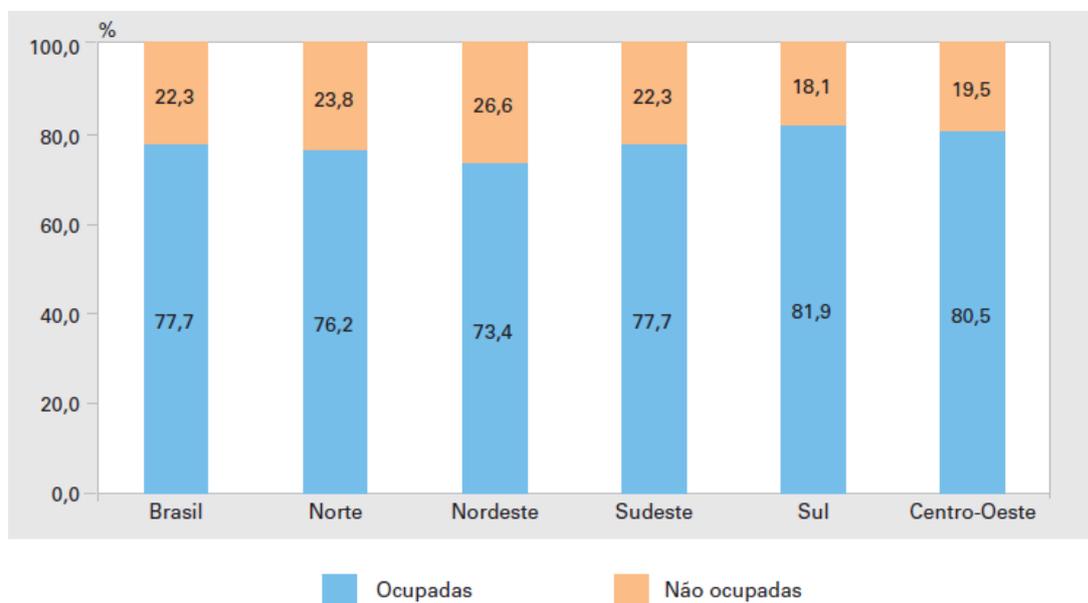
(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração

É possível notar também, na Tabela 1, que o percentual daqueles que frequentaram o curso de nível médio, em relação ao fator raça, é maior entre os declarados brancos, com 13%. Tal dado se manteve nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Já na região Centro-Oeste, os declarados pretos ou pardos foram os que mais frequentaram, anteriormente, o curso técnico de nível médio, com 9,2 pontos percentuais.

Com relação às características das pessoas que frequentaram curso técnico de nível médio, observou-se que 77,7% encontravam-se ocupadas⁶ na semana de referência da pesquisa. Na estratificação dos dados, verificou-se que a região Sudeste acompanhou a média brasileira, com os mesmos 77,7%. Já as regiões Sul e Centro-Oeste tiveram percentuais maiores, sendo 81,9% e 80,5%. No Norte o percentual está bem próximo também da média brasileira, com 76,2% e o Nordeste exibe um percentual mais baixo, sendo 73,4%. As representações dos dados acima citados, podem ser vistas, abaixo, no Gráfico 1 de acordo com a PNAD-2014.

⁶ Tal termo, refere-se à situação ocupacional inserida na semana de referência da pesquisa. Vale lembrar que não é a mesma situação ocupacional em que a pessoa estava inserida no momento em que realizava o curso técnico de nível médio.

Gráfico 1– Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, por Grandes regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência – 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014.

A PNAD-2014 também caracterizou os cursos frequentados anteriormente pelas pessoas, conforme o tipo ou rede de ensino dos cursos frequentados. Desta forma, foi possível observar que 39,1% eram da rede pública de ensino, 13,4% realizaram o curso em instituições privadas, vinculadas ao sistema S⁷, 0,7% fizeram o curso em instituições beneficentes ou filantrópicas e 46,8% nas demais instituições particulares.

No tocante à forma de realização do curso técnico de nível médio, os dados demonstraram que, entre as pessoas que frequentaram tal modalidade de educação profissional, 59,4% realizaram-na de forma subsequente ao ensino médio regular, 32,5, de forma integrada e 8,1% de forma concomitante.

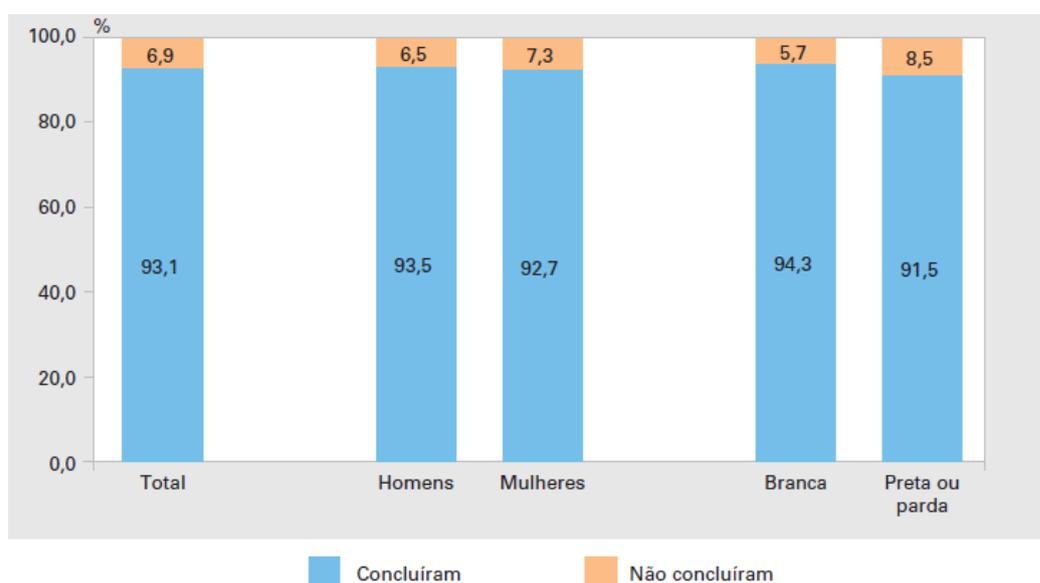
A PNAD-2014 também investigou se o curso técnico realizado, anteriormente, teve início antes ou após a criação do Pronatec em 2011. Desta forma, os resultados obtidos mostram que 63,0% das pessoas realizaram cursos técnicos de nível médio até o ano de 2006, 18,1% entre os anos 2007 e 2010 e 18,9%, entre os anos 2011 e 2014. Diante do exposto,

⁷ Sistema formado pelas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai; Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - Senac; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop; Serviço Social da Indústria; Serviço Social do Transporte - SEST; Instituto Euvaldo Lodi - IEL; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae.

observa-se que após a criação do Pronatec, em 2011, houve um pequeno crescimento, de apenas 0,8 pontos percentuais.

Em relação à conclusão de curso, observou-se que 93,1% das pessoas que cursaram o curso técnico, anteriormente, concluíram o curso com aprovação e apenas 6,9% não concluíram, conforme se pode observar no Gráfico 2 de acordo com a PNAD-2014.

Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, por sexo e cor ou raça, segundo a conclusão, com aprovação, do curso técnico de nível médio ou equivalente – Brasil – 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014.

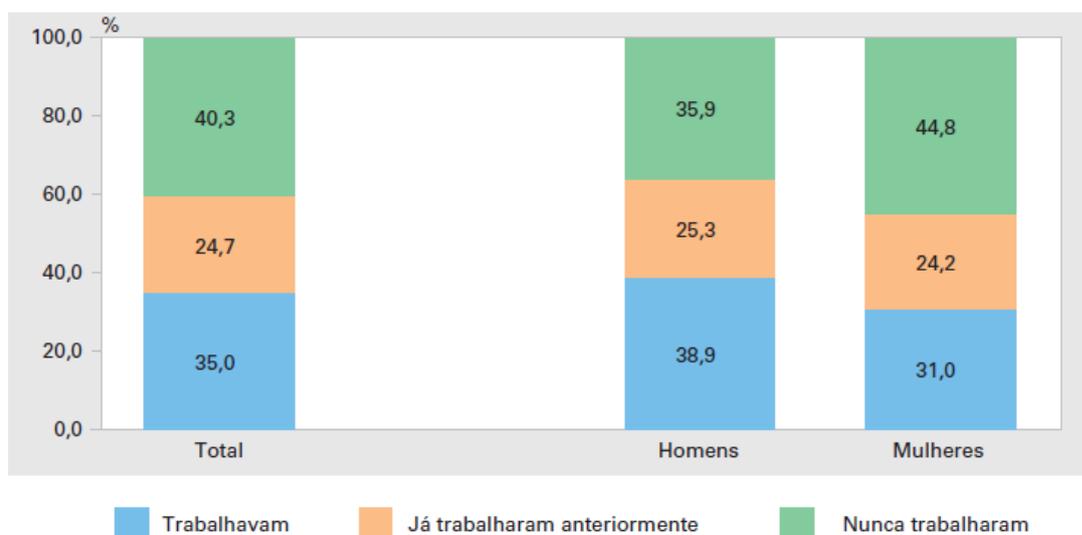
Dos dados do Gráfico 2, ainda se nota que o percentual daqueles que concluíram o curso técnico é, ligeiramente, maior entre os homens, de 93,5%, já entre as mulheres o percentual é de 92,7%. Na estratificação quanto ao fator raça, os declarados brancos apresentam um percentual maior de conclusão de curso, com 94,3% e os declarados pretos ou pardos que concluíram o curso técnico somam-se 91,5%. Em todas as modalidades analisadas no Gráfico 2, é notório o baixo percentual daqueles que não concluíram o curso, demonstrando, assim, que não houve muitos casos de evasão escolar ou desistência do curso técnico.

Desta forma, em busca de saber quais os motivos da não conclusão do curso, verificou-se que 23,3% dos que frequentaram curso técnico, não o concluíram devido à dificuldade de cumprir o horário do curso; 19,5% indicaram a falta de tempo para estudar;

18,0%, a dificuldade financeira; 12,0%, a falta de motivação, porque o curso não trazia o conhecimento que esperava; 4,6%, a dificuldade de acesso ao local do curso e 22% por motivos não identificados.

Na investigação entre aqueles que concluíram o curso técnico, verificou-se o exercício de trabalho na área de formação. Observou-se que 59,7% dessas pessoas trabalharam na sua área de formação e que, em especial, 35% das pessoas continuavam trabalhando nessa área. Outro fator analisado nessa mesma modalidade foi o *sexo* e os dados indicaram que 44,8% das mulheres nunca trabalharam na área de conclusão do curso, já entre os homens tal proporção foi mais baixa, sendo 35,9%, conforme se pode verificar, abaixo, no Gráfico 3 de acordo com a PNAD-2014.

Gráfico 3 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que concluíram com aprovação, curso técnico de nível médio ou equivalente, por sexo, segundo o exercício de trabalho na área do curso técnico de nível médio ou equivalente concluído – Brasil – 2014.



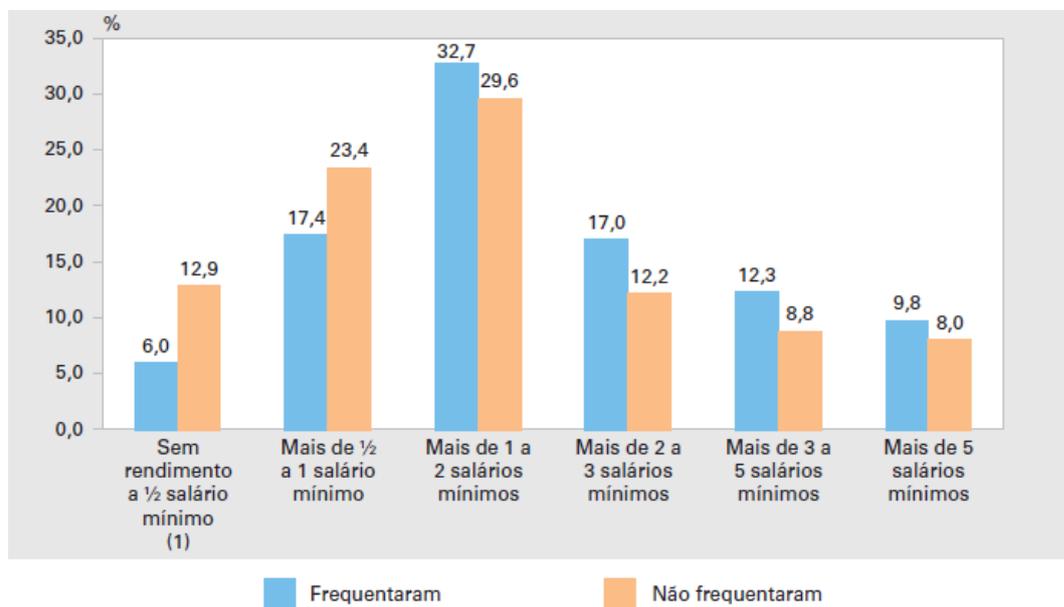
Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Investigou-se também o motivo mais importante para o indivíduo ter conseguido emprego em sua área de formação. Desta forma, muitos entrevistados (48,2%) indicaram que o fator determinante para ter conseguido um trabalho na área de formação foi o conteúdo aprendido no curso, já para outros (28,0%) o diferencial foi o diploma do curso, 15,5% informaram terem sido orientados a procurarem trabalho na área ou abrir seu próprio negócio, já para (6,8%) das pessoas o estágio foi fundamental para se conseguir trabalho na área de formação.

Nessa mesma perspectiva, foi indagado também àqueles que nunca trabalharam em sua área de formação do curso técnico o motivo pelo qual isso não teria acontecido. Desta forma, 26,6% alegaram ter conseguido trabalho em outra área; para 25,4% o motivo foi a falta de vaga; já 20,4% não teve interesse de trabalhar na área de formação e 9,8% nunca trabalharam na área de formação porque resolveram prosseguir os estudos. Além desses dados, outros fatores, com percentuais menores, também se enquadram como o motivo de não se ter trabalhado na área de formação, como por exemplo, exigência de experiência na área (6,5%); problemas domésticos (2,7%); curso não preparou bem para o trabalho (1,7) e 6,9% não definiram o motivo.

A PNAD-2014 analisou também a renda *per capita* familiar daquelas pessoas que realizaram ou não curso técnico de nível médio. Os resultados são demonstrados no Gráfico 4 de acordo com a PNAD-2014, que está inserido em seguida.

Gráfico 4 - Percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal domiciliar per capita, segundo a frequência anteriormente a curso técnico de nível médio ou equivalente – Brasil – 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014.

1. Pessoas que eram estudantes de curso pré-vestibular, superior de graduação, de mestrado ou de doutorado ou frequentaram anteriormente curso de ensino médio ou equivalente, superior de graduação, de mestrado ou de doutorado.

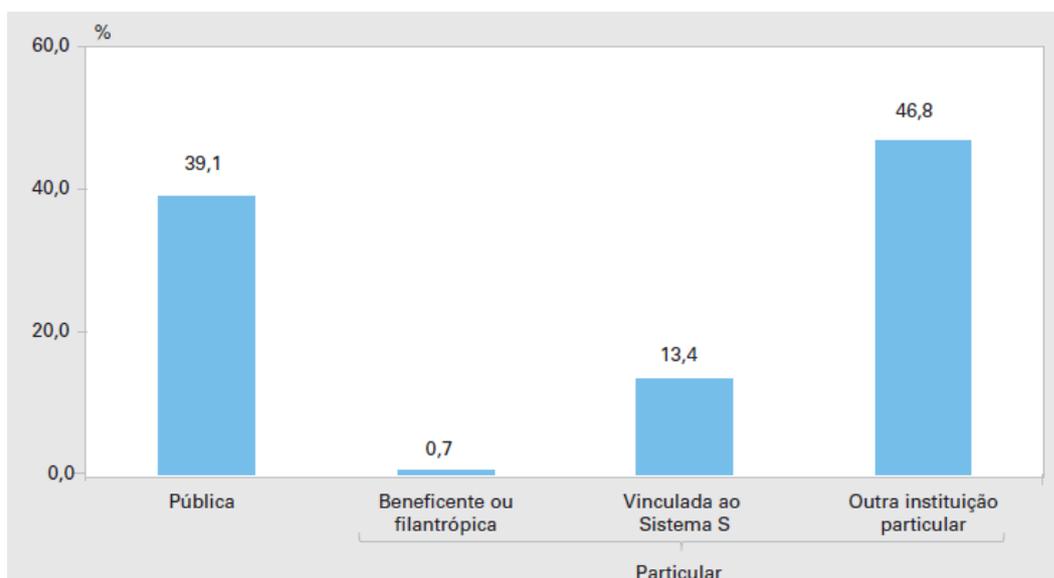
2. Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas moradoras em unidade domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Observando o Gráfico 4 é possível notar que o rendimento familiar entre aqueles que não frequentaram curso técnico está entre as classes mais baixas, ou seja, sem rendimento a ½ salário mínimo (12,9%) e mais de ½ a 1 salário mínimo (23,4%). Já entre as pessoas que frequentaram curso a renda familiar está entre as classes mais altas, ou seja, mais de 1 a 2 salários mínimos (32,7%); mais de 2 a 3 salários mínimos (17,0%); mais de 3 a 5 salários mínimos (12,3%) e mais de 5 salários mínimos (9,8%).

Já o Gráfico 5 apresenta o número de matriculados de acordo com a instituição de ensino, ou seja, instituições públicas, beneficente ou filantrópica, vinculada ao sistema S e instituições particulares, observa-se que o percentual de alunos das instituições particulares ou demais instituições é (7,7%) maior que em relação a quantidade de alunos matriculados na rede pública de ensino que é de (39,1%). Mas vale ressaltar que o percentual de alunos matriculados na rede pública é bastante significativo. Assim os dados afirmam que a oferta por cursos técnicos de nível médio da rede pública se aproxima a oferta da rede privada que é de (46,8%), conforme apresentado no Gráfico 5 abaixo. (PNAD, 2014)

Gráfico 5 – Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso técnico de ensino médio ou equivalente, por rede de ensino e tipo de instituição do curso técnico de ensino médio ou equivalente que frequentaram anteriormente – Brasil – 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Através dos dados da PNAD-2014 observou-se que, em 2014, no Brasil, a média da renda *per capita* das pessoas que frequentaram o curso técnico de nível médio era de 1.841, enquanto a renda daqueles que não frequentaram tal curso era de 1.537. Quando se considera

a renda por regiões brasileiras entre as pessoas que frequentaram curso técnico, o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste ultrapassam a média da renda *per capita* brasileira com 1937, 1948 e 2296, respectivamente. É importante citar que, em todas as 5 regiões do Brasil, a renda *per capita* das pessoas que não frequentaram curso técnico foi menor do que daqueles que frequentaram tal curso, uma vez que o percentual de alunos matriculados na rede pública de ensino é bastante aproximado ao percentual de matriculados na rede privada de ensino.

3.3.2. Breve conclusão das análises da PNAD-2014

Analisando os dados é possível notar que, no contexto geral, os cursos técnicos de nível médio não são muito frequentados pelos brasileiros. Fato disso, é que das 74,4 milhões de pessoas que possuem o requisito básico para cursar o técnico de nível médio, apenas 9,3 milhões o frequentam. Os dados de todas as regiões brasileiras indicaram que os homens são os que mais frequentam o curso técnico de tal modalidade do que as mulheres. Quanto ao fator raça, os declarados brancos destacam-se como os que mais frequentam do curso em todas as regiões do Brasil, exceto no Centro-Oeste, onde predomina os declarados pretos ou pardos.

Em relação a ocupação, é possível notar que a maioria dos entrevistados estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, com percentual acima de 70%. Dado que se observa também na estratificação quanto às 5 regiões brasileiras, ou seja, nenhuma região apresentou índices menores que 70%.

A PNAD-2014 ainda indicou que muitos frequentadores do curso técnico de nível médio o fizeram em redes públicas de ensino, com percentual de 39,1%. No entanto, as instituições particulares apresentaram os maiores percentuais, com 46,8%. Um dos programas das redes públicas de ensino é o Pronatec, criado em 2011. Desta forma, a PNAD-2014 averiguou se os frequentadores do curso técnico realizaram tal curso antes ou depois de tal programa, mas os resultados demonstraram um crescimento mínimo, sendo apenas 0,8%. Além disso, pode-se concluir que a maioria dos entrevistados (63,0%) realizaram o curso técnico até 2006.

Quanto à conclusão do curso técnico de nível médio, nota-se que 93,1% dos frequentadores concluíram o curso, demonstrando, portanto, que a evasão escolar, no caso dessa modalidade de ensino, é consideravelmente baixa. Sobre os motivos das desistências do

curso técnico, o de maior representação foi a dificuldade de cumprir o horário do curso, em segundo momento, a dificuldade financeira.

Em relação àqueles que já concluíram o curso técnico, a PNAD-2014 demonstrou que, aproximadamente, 60,0% dessas pessoas já trabalharam em sua área de formação. Tal porcentagem é bem expressiva e é o mesmo que acontece também na pesquisa de Souza (2010), citada no referencial teórico deste estudo. A autora constatou uma alta inserção no mercado de trabalho, sendo 73%, demonstrando, assim, que a formação no curso técnico em agricultura na microrregião do Extremo Sul Catarinense contribui bastante para se ingressar no mercado de trabalho. Por outro lado, um dos principais motivos relatados pelos entrevistados da PNAD-2014 sobre a não inserção no mercado de trabalho é falta de vaga, conforme afirma Pochmann (2000), a demanda do mercado de trabalho não se encontra em número suficiente para incorporar todos aqueles que necessitam trabalhar.

Além desse dado, outros fatores, com índices abaixo de 10%, foram citados como motivos das pessoas não trabalharem em sua área de formação, como por exemplo, exigência de experiência na área e o curso não preparou bem para o trabalho. Observa-se que os dados da pesquisa de Nogueira (2010), citada no referencial teórico do presente estudo, as entrevistadas relataram que uma das principais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho é a falta de experiência na área, já que é uma das exigências da maioria dos empregadores. Em outro momento, as entrevistadas relataram a discrepância entre o que é ensinado em sala de aula e como realmente é no dia a dia da profissão, principalmente quando se tratava das aulas práticas. Desta forma, mesmo que em percentual baixo, é percebido, na PNAD-2014, que alguns cursos técnicos de nível médio do Brasil, necessitam de melhoria quanto à qualidade de ensino.

Quanto ao fator renda *per capita*, de acordo com a PNAD-2014, é perceptível que aqueles que frequentaram o curso técnico de nível médio possuíam uma renda maior do que aqueles que não frequentaram, até mesmo na estratificação dos dados entre as 5 regiões brasileiras, em que tal resultado se confirma.

4. Conclusão

Neste presente estudo foram abordados muitos conceitos que se relacionam com o mercado trabalho. De início, observou-se que o trabalho assalariado, tal como é visto hoje, teve essa concepção a partir do surgimento da burguesia, com as relações de venda e troca. Além disso, tal conceito se intensificou mais após a Revolução Industrial com a produção e vendas de mercadorias. Desde então, o mundo do trabalho vem sofrendo transformações. As inovações tecnológicas e a busca pela adequação à lógica do mercado fizeram com que o meio trabalhista exigisse profissionais mais qualificados e especializados. Desta forma, é importante que o trabalhador se adeque às novas formas de trabalho, buscando meios de se qualificar e especializar em sua área de atuação.

É importante deixar claro que a qualificação profissional não é sinônimo de emprego. Conforme pôde-se observar nas pesquisas de Nogueira (2011) e Souza (2010), bem como na análise da PNAD-2014, alguns profissionais, mesmo com sua formação técnica, não conseguiram trabalhar na área do curso. Tal ocorrência se deve, principalmente, pela falta de vaga e pela experiência profissional exigida por muitos empregadores no mercado de trabalho.

Observou-se que há uma defasagem em alguns cursos técnicos brasileiros com relação à qualidade de ensino e falta de estrutura para melhor preparação do profissional. Tal fato, é percebido tanto na análise da PNAD-2014 quanto nos dados da pesquisa de Nogueira, em que alguns entrevistados alegaram não ter conseguido trabalho na sua área de formação, devido à algumas discrepâncias na qualidade do ensino profissionalizante que não os prepararam bem para o mercado de trabalho.

Já em relação aos profissionais que conseguiram trabalhar em sua área de formação os dados são bastante promissores. Souza (2010), por exemplo, destaca, em sua pesquisa, que o número de profissionais que trabalham em sua área de formação é consideravelmente alto, cerca de 80%, evidenciando que formação do curso técnico é um grande auxílio para se ingressar no mercado de trabalho. Além disso, considerando a PNAD-2014, em que está envolvido todo território brasileiro, também é possível identificar que grande parte daqueles que fizeram curso técnico de nível médio, no Brasil, até a data de vigência da pesquisa, conseguiram trabalhar em sua área de formação. Nesse sentido, é perceptível que a formação do curso técnico de nível médio tem causado impactos positivos no mercado de trabalho.

As políticas governamentais do Brasil têm ampliado as vagas de qualificação profissional, principalmente àquelas que diz respeito ao curso técnico de nível médio.

Entretanto, conforme indica os resultados da PNAD-2014, a porcentagem de brasileiros que frequentam tal modalidade de ensino ainda é considerada baixa. Por outro lado, quando se considera aqueles que frequentaram tal curso, a PNAD-2014 indicou que o caso de evasão escolar nessa modalidade é baixa, com poucos casos de desistências do curso, sendo a maioria por motivos de dificuldade de cumprir o horário do curso e a dificuldade financeira.

Por fim, quando se considera os dados apontados pela PNAD-2014, os resultados são positivos quanto às pessoas que frequentaram curso técnico de nível médio, demonstrando que tal curso é considerada um auxílio para aqueles que querem adentrar ao mercado de trabalho. No entanto, é necessário que mais brasileiros se interessem por essa modalidade de ensino e que as instituições que oferecem tais cursos melhorem a qualidade dos estudos para que os profissionais estejam mais preparados e seguros ao para se inserirem no mercado de trabalho.

5. Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7 ed, São Paulo: Boitempo, 2005.

BRASIL. Lei n. 11.788/08. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília, v. 145, n. 187, seção 1, p. 3, set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**- 2009.

CARVALHO, Pedro. **Globalização: A Ofensiva do Capital e a Crise Estrutural do Capitalismo**. Revista “O Militante” do Partido Comunista Português, Lisboa n. 284, set./out.

CORREA, A. C. **Um instante de reflexão sobre o homem e o trabalho**. Cadernos de Pesquisas em Administração, , v.1. São Paulo – 2000 Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C11-art02.pdf> Acesso em 11 de jan 2018.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducação**. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

DORE, Rosemary and LUSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Caderno de Pesquisa [online], vol.41, n.144 - 2011, pp.770-789.

FIGUEIREDO, J. M.. **O que faz você feliz?** Estudo sobre a satisfação no trabalho dos profissionais de formação de uma IFES. Dissertação de Mestrado em Sistema de Gestão. Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, 2012.

LEITE, E. M. **Os anos de 1970: do “milagre econômico” à desaceleração**. In o Mundo do Trabalho. Marisa de Assis. Ministério do trabalho e Emprego, Brasília, 2001.

MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Lei nº 12.513 de 26/10/2011. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf >. Acesso em: 15 jan. 2018.

MENEGASSO, M.E. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade**: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. Florianópolis: UFSC, 1998.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. 15 ed. São Paulo: Editora Gente, 1995.

NOGUEIRA, M. L.C. **Formação profissional e emprego: o caso das egressas do curso técnico em vestuário do Cefet-MG, campus Divinópolis**, Dissertação para defesa de trabalho de conclusão de curso. Divinópolis: CEFET, 2010.

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Educação e qualificação profissional**. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: IBDE, 2017.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização - A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Ed. Bom Tempo. São Paulo, 2001.

POCHMANN, M. **Políticas Públicas para a Juventude**. Brasília, 14 de mar de 2010. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/e-fato/2009/12/20-01-ipea-lanca-livro-sobre-as-politicas-publicas-para-a-juventude-no-brasil/> Acesso em 14 de janeiro de 2018)

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 1978.

RUMBERGER, R. **Dropping out middle school**: a multilevel analysis of students and schools. American Education Research Journal, v.32. pp. 583-625 – 1995.

SILVA, M. A. B da. **A qualificação profissional garante emprego?**. Monografia – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2007.

SOUZA, S. C. L de. **A Contribuição da educação profissional dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do Extremo Sul Catarinense**. – Caso IFET – Campus Sombrio – SC, 2010.